

Progressão continuada: um (im)pacto

Alda Janson Angelini

Ébio da Silva Pereira

Eliene Bonetti

Eugênio Dodecézimo Berto

Maria Cecília de Mello Sarno

Maria Clara Paes Tobo

Maria Lúcia Morrone

APASE – Sindicato de Supervisores do Magistério no Estado de São Paulo

Todo o ordenamento legal que regulamenta a Educação Brasileira, em especial o ensino fundamental, coloca-a como direito público e subjetivo de todo cidadão, a partir da Constituição Cidadã de 1988. Tal ordenamento se fundamenta e, de certa forma, reflete as concepções de Homem, de Mundo e da Sociedade Brasileira no momento histórico em que foram editados, tendo por base, assim, os princípios educacionais, políticos, filosóficos e sociais da conjugação de forças dominantes à época.

A Lei de Diretrizes e Bases n.º 9.394/96 determina que os estabelecimentos de ensino fundamental que utilizam progressão regular por série **podem** adotar o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino, **primando pelo direito do cidadão a uma educação de qualidade.**

Concepção de educação escolar contida nessa Lei:

- todos são capazes de aprender e aprender cada vez mais,
- é tarefa da escola favorecer situações de aprendizagem valorizando as experiências dos alunos.

Construção da autonomia escolar:

- aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros,
- gestão democrática do ensino público – escola cidadã.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais tocam nas relações sociais e de poder internas à escola e à ação educativa.

...”a alteração organizativa da escola mexe com os quintais de cada um, com os tempos, as propriedades de cada um e dos coletivos de proprietários de área”.
(Miguel Arroyo, in *Suplemento Pedagógico Apase* de agosto 2000).

A Deliberação CEE 9/97 e sua respectiva Indicação propõem a instituição de ciclos no sistema estadual de ensino de São Paulo, mas, **sabidamente, orientam** quanto à necessidade de **gradatividade** na implantação, que deve ser **precedida de amplo debate e reflexão** com o magistério.

O Sindicato de Supervisores do Magistério no Estado de São Paulo – Apase, em sua trajetória de vida, vem refletindo e aprofundando os temas de Educação, seja nos cursos que promove, seja no jornal Apase, nos Suplementos Pedagógicos e sessões de estudos, com vistas, precipuamente, a estar contribuindo para a formação continuada dos educadores.

Assim, o tema da progressão continuada já vem sendo sobejamente discutido no Sindicato, haja vista as publicações e cursos sobre o tema.

Nesse sentido, o grupo encarregado de elaborar este documento, para orientar a participação do Sindicato no Fórum de Debates “Progressão Continuada: compromisso com a aprendizagem”, optou por centrar a discussão nas questões problematizadoras da implantação e da implementação do regime de progressão continuada nas escolas estaduais, propondo também alguns caminhos que julga possam contribuir para a superação dos problemas apontados.

IMPLANTAÇÃO

Problemas:

1. O regime de progressão continuada foi implantado sem prévio e amplo debate com o magistério, fato que apenas acirrou a já existente tensão entre a cultura política e a cultura do profissional do magistério.

...“as formas de decisão nas escolas se democratizaram, mas as estruturas, as lógicas, as culturas profissionais e escolares continuaram seletivas e antidemocráticas, excludentes”.

(Miguel Arroyo, in *Suplemento Pedagógico Apase* de agosto de 2000).

2. A retenção ainda representa um instrumento de controle na cultura escolar e também na sociedade civil. Na escola, a atuação dos colegiados, em especial os Conselhos de Classe, ainda é incipiente, e a autonomia da escola, tão preconizada, mal começa a ser construída.
3. A jornada de trabalho docente (horas de trabalho pedagógico) não facilita a execução de projetos e ações pedagógicas bem-sucedidas; ao mesmo tempo em que a SEE implanta um regime que exige, por parte dos professores, muito estudo, reflexão e debates, por meio do novo Plano de Carreira (LC 836/97), diminui o número de horas destinadas ao trabalho pedagógico coletivo, que propiciaria o *locus* privilegiado para tais atividades. As jornadas de trabalho docente não são, portanto, adequadas à nova concepção de espaço e tempo que a própria LDB pressupõe.

4. Efetivamente, todos os alunos das escolas estaduais ficam na escola por cinco horas-relógio, mas, perversamente, as aulas são de 50 minutos e os espaços de aprendizagem, na grande maioria das escolas, ainda não foram repensados, sendo o funcionamento das salas-ambiente ainda um alvo longe de ser atingido.
5. O não cumprimento do preceito constitucional de realização regular de concursos públicos para provimento dos cargos “produziu um esgarçamento”* tanto na categoria dos docentes, quanto na de suporte pedagógico (diretor e supervisor de ensino), “com hiatos na transmissão/apropriação do conhecimento teórico-prático de uma geração para outra de profissionais”*, que dificultou e, em algumas diretorias de ensino, quase que impossibilitou o trabalho de troca e interação, imprescindíveis para a implementação de qualquer política pública na área da educação. (* Helenice Muramoto, in *Separata Jornal Apase*, junho 2002).

IMPLEMENTAÇÃO

Problemas:

1. Institucionais (reorganização das escolas e das diretorias):

A mobilidade do magistério, decorrente da reorganização das escolas e das diretorias de ensino, da remoção, do ingresso, das atribuições de aulas em nível regional, em detrimento da fixação do magistério na unidade escolar e nas diretorias são variáveis que não podem ser deixadas de lado ao se pensar na implementação da progressão continuada, pois tais variáveis dificultam, e muito, a formação de uma equipe compromissada com a implementação de um efetivo projeto pedagógico centrado na melhoria da qualidade do ensino para todos os alunos e que concretize, em processo, a construção da autonomia cada vez maior da escola paulista.

2. Realidade socioeconômica dos alunos da escola pública:

Se pensarmos que os alunos que hoje freqüentam nossas escolas não correspondem ao perfil idealizado de aluno, constataremos que os problemas institucionais se refletem mais agudamente nas escolas das periferias e nos grandes centros urbanos, que só não se transformaram em depósitos de crianças e adolescentes graças à abnegação e compromisso da grande maioria dos educadores.

3. Avaliação:

Ainda se configura como campo de contradições e conflitos, tanto a que se dá na interrelação professor-aluno, como a institucional e a própria avaliação externa. Conflito esse explicitado nas práticas ainda existentes entre **avaliação tradicional – avaliação diagnóstica**, entre a **prática – discurso**; contudo, indicadores do NEPP/Unicamp e da Fundação Carlos Chagas, bem como os resultados de algumas diretorias de ensino que conseguiram persistir num trabalho de assessoria e apoio às escolas, sinalizam que o trabalho articulado e coletivo contribuem para uma maior aprendizagem dos alunos.

Agora, o que fazer quando a própria administração central da SEE, com o Saresp 2001, pretendendo interferir numa competência que é da escola, decide quem pode ou não ser promovido? Cai por terra todo um trabalho, de anos, de tentar incorporar a avaliação externa como **mais um** dos indicadores de que a escola **pode e deve** se valer para melhor direcionar seu trabalho, com o objetivo de promover a aprendizagem de todos os seus alunos. Cai por terra, também, todo um trabalho de mudança, que aos poucos ia se consolidando, de se criar, nas equipes escolares, uma cultura avaliativa diagnóstica, preventiva e não apenas classificatória. A estigmatização das escolas em cores, a partir de um único indicador, por melhor que seja ele, realmente não contribui para que cada escola construa sua identidade, e aperfeiçoe seu trabalho, a partir de um projeto próprio.

4. Frequência irregular dos alunos:

Outro problema que se constata, no cotidiano das escolas, sempre relativizando para não correr o risco de cair em uma generalização simplista, é o do excesso de faltas dos alunos, uma vez que, em grande parte das escolas, os procedimentos de compensação de ausência são banalizados, contribuindo para a crença de que o que importa é passar de um ano para outro, não aprender.

Propostas de superação dos problemas apontados:

1. Estabelecimento de política de recursos humanos que preveja a realização sistemática e regular de concursos públicos, provas e títulos para todos os cargos do magistério, com remuneração condigna, entendendo ter o concurso também “uma dimensão formadora, principalmente se organizado e desenvolvido com uma visão de conjunto do trabalho dos profissionais e de seu compromisso com uma educação de qualidade, para todos” (Helenice Muramoto, in *Separata Jornal Apase*, junho 2002).

2. Revisão dos dispositivos institucionais, tais como recuperação paralela e intensiva, HTPCs, Conselho de Escola, Conselho de Classe, de modo que propiciem o trabalho coletivo e articulado do corpo docente.

3. Revisão dos projetos de formação continuada em andamento para que os ocupantes de cargos ou funções no magistério possam ter sua formação continuada garantida e direcionada para a especificidade da função, sem perder de vista o todo. Qual o benefício que o deslocamento de seu local de trabalho e desmonte da equipe de trabalho traz para a melhoria da prática profissional dos educadores? Já houve uma avaliação do impacto dessas medidas?

4. Garantia de efetivas condições de Ação Supervisora em nível de escola (o professor-coordenador substitui o coordenador pedagógico) e de sistema, para que o paradigma de avaliação escolar, enquanto diagnóstico de aprendizagem do aluno, seja efetivamente incorporado à cultura escolar e social (pais, alunos, professores, comunidade).

5. Revisão das jornadas de trabalho docente e discente, dos procedimentos de atribuição de aulas, pois a implementação de novos paradigmas exige que se estabeleçam novos tempos e espaços de aprendizagem que, para além da aula e dos cinquenta minutos, concretizem o Projeto Pedagógico de cada escola, que é único, como o é cada aluno.

Concluindo, cientes de que nada em educação é fácil ou simplista, e muito menos mensurável em curto espaço de tempo, gostaríamos de terminar com os versos de Guimarães Rosa:

*“A cabeça da gente é uma só, e as coisas que há e que estão
para haver são demais de muitas, muito maiores diferentes, e a gente
tem de necessitar de aumentar a cabeça, para o total”.*